



O PAPEL DOS INCENTIVOS FISCAIS NO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PESQUEIRO BRASILEIRO

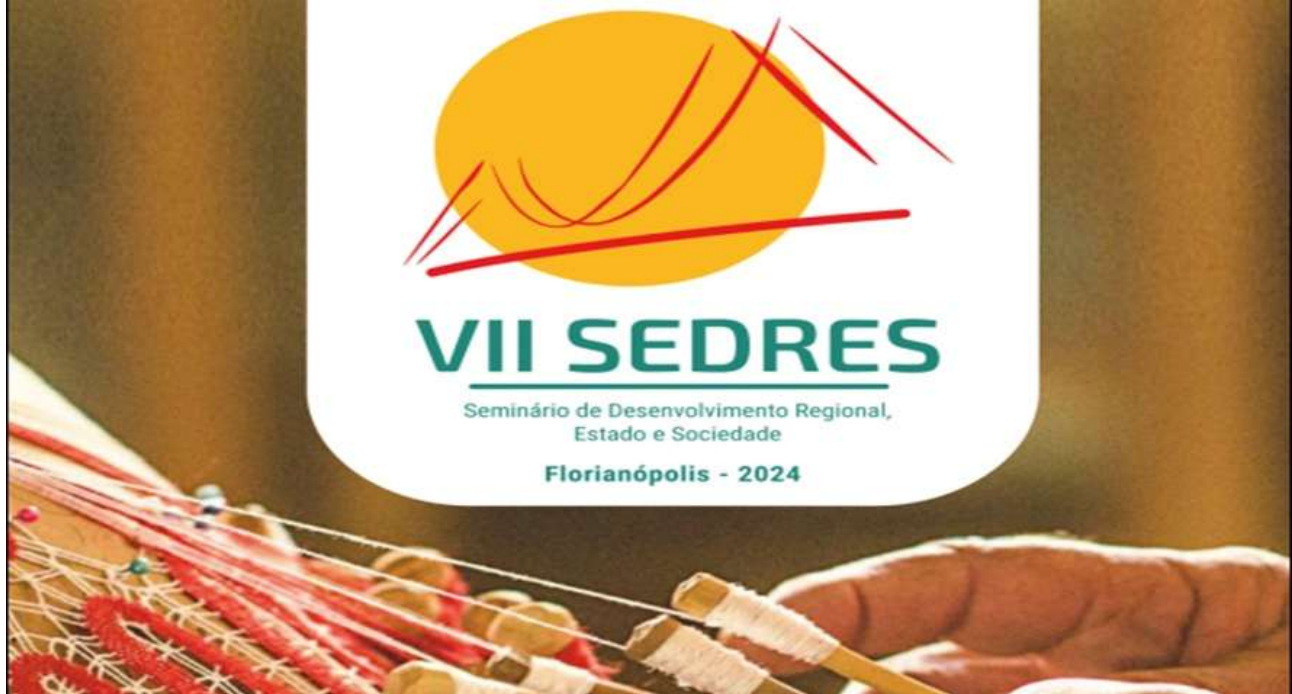
Dinâmicas socioeconômicas regionais

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar o papel dos incentivos fiscais na expansão da indústria pesqueira no Brasil, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, são descritos e analisados os principais instrumentos legais (decretos, leis) que regulamentaram a aplicação de políticas voltadas à expansão da indústria pesqueira nacional. Dessa forma, a concessão de incentivos fiscais contribuiu para ampliação do parque industrial pesqueiro no país, como também com o aumento do volume de pescados capturados. A medida mais relevante para fomentar a indústria pesqueira no país foi a criação da Superintendência de desenvolvimento da pesca (SUDEPE) em 1962 e a aprovação do Código da Pesca (Decreto-Lei 221), em 1967, que concederam inúmeros incentivos fiscais, para a expansão da indústria pesqueira. Por fim, destaca-se o desmonte institucional do setor, com a extinção da SUDEPE, em 1989, e as sucessivas criações e extinções de pastas ministeriais ligadas à Pesca, entre 2003 e 2023.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para analisar o papel dos incentivos fiscais na expansão da indústria pesqueira nacional foram descritos e analisados os principais dispositivos legais (leis, decretos) implantados para regulamentar a concessão de incentivos às pessoas jurídicas que investissem em fábricas de pescados. Outra questão metodológica foi analisar o aumento dos volumes capturados para atender às demandas das novas



fábricas de beneficiamento, inclusive esse aumento resultou na sobrepesca, levando ao esgotamento dos estoques várias espécies de pescados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a criação da Sudepe e da aprovação do Código de Pesca, na década de 1960, houve um grande aporte de recursos no setor pesqueiro, principalmente na pesca industrial.

De acordo com Abdallah e Bacha (1999), entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970,

(...) foram concedidos R\$ 793,49 milhões (a preços de agosto de 1994) como incentivos fiscais pesca, com volume médio anual de R\$ 99,19 milhões. Esses recursos permitiram um grande aumento na produção nacional de pescado. Destaca-se, entretanto, que, dos R\$ 688 milhões captados pela atividade pesqueira no período de 1967 a 1972 (via política de incentivos fiscais), cerca de 70% foram investidos na indústria e captura do pescado, mas nada foi investido em pesquisa e levantamento de dados sobre estoques pesqueiros (ABDALLAH; BACHA, 1999, p.12).

Com isso, ocorreu um aumento significativo na produção de pescados. Segundo Abdallah e Bacha (1999), em 1960, antes da criação da Sudepe, a produção nacional de pescados de origem marítima era de 220.566 toneladas. Em 1970, o total capturado alcançou 421.981 toneladas. Em 1985, atingiu o máximo de 760.452 toneladas capturadas.

No entanto, deve-se ter cuidado ao analisar apenas os totais capturados como um dado isolado, pois a produção pesqueira não é constante. Embora, entre as décadas de 1970 e 1980, os incentivos financeiros concedidos pelos governos tenham ampliado a captura de pescados, afinal, possibilitaram a aquisição de novos equipamentos, ampliação da frota, a pesca é uma atividade sujeita à oscilações, como é o caso da influência das questões climáticas e oceanográficas no aparecimento dos cardumes.

Dessa forma, de acordo com dados de Abdallah e Bacha (1999), mesmo nos períodos em que houve concessão de financiamentos, ocorreu também queda na produção de pescados.



Por fim, outra questão a se discutida refere-se à diminuição dos estoques pesqueiros. Aliás, a concessão desmedida de incentivos financeiros ocasionou o problema da pesca excessiva. Muitas empresas de pesca se valeram das condições favoráveis de acesso aos recursos para ampliar a captura. Assim, ao longo da década de 1990 os totais capturados não ultrapassaram a média das 400 mil toneladas. Sendo que em meados da década de 1980 alcançou quase 800 mil toneladas. De acordo com dados da FAO (2022), a produção brasileira de pescados, de origem marinha, é de aproximadamente 750 mil toneladas.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

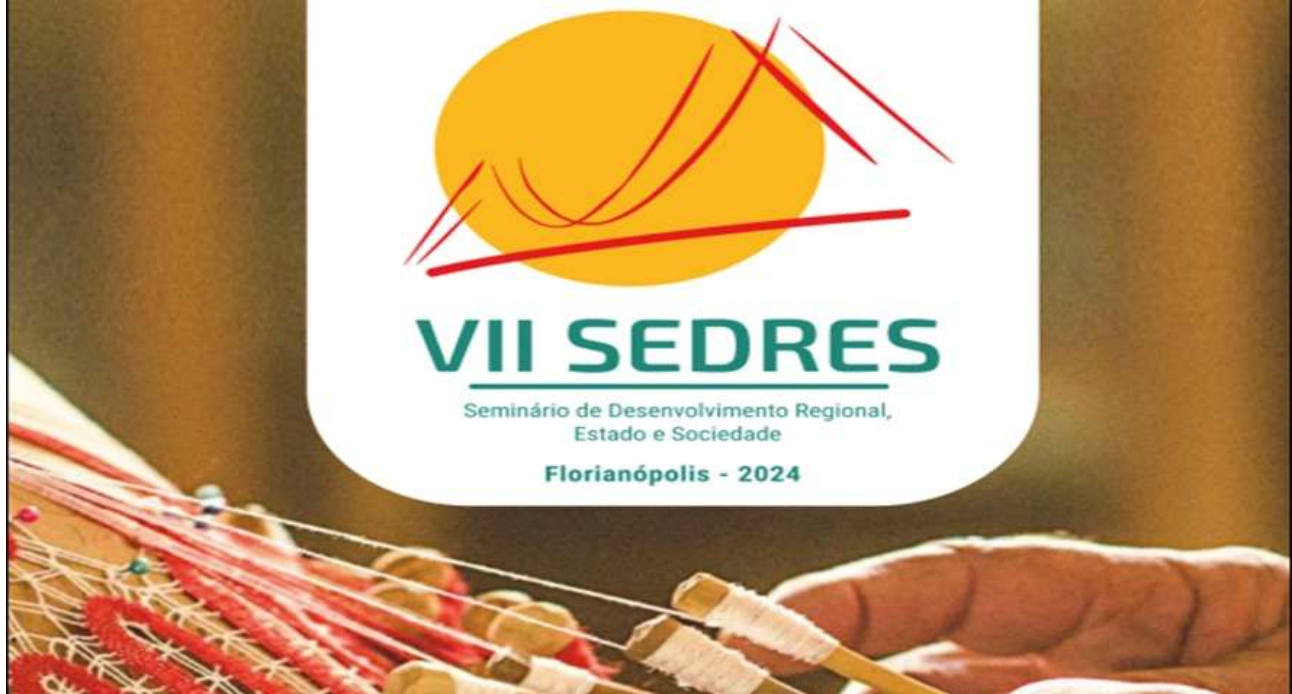
Sendo assim, para analisar o desenvolvimento da indústria pesqueira no Brasil, não basta apenas descrever as políticas públicas criadas para expandir o parque industrial pesqueiro no país, ou expor as estatísticas das capturas, mas é necessário compreender o contexto social e econômico da criação de tais medidas, assim como os desdobramentos de tais ações nas regiões pesqueiras.

A implantação de fábricas de pescados ao longo do litoral brasileiro provocou o aumento da demanda por matérias-primas, fazendo com que as novas indústrias, acabassem adquirindo pescados oriundos da pesca artesanal. Logo, as comunidades pesqueiras foram impactadas por essa nova dinâmica na produção pesqueira brasileira.

A própria criação da SUDEPE respondeu a uma necessidade de aumento da demanda por proteína animal a baixo custo.

De acordo com Silva (2015, p.259),

a criação da SUDEPE no Brasil como forma de elaborar e implementar a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca foi justificada exatamente pelo incremento da demanda alimentar. A pesca, sob tal perspectiva, era compreendida como importante fonte de riqueza nacional. (SILVA, 2015, p.259).



Outro impacto econômico e social das novas políticas de expansão da indústria pesqueira foram as novas regulações sanitárias, exigidas, para o beneficiamento de pescados. Dessa forma, inúmeras pequenas unidades de processamento de pescados, ao longo do litoral, tiveram que fechar suas portas, por não possuíam recursos para aquisição de equipamentos necessários às novas regras de produção. Isso provocou graves impactos econômicos e sociais em várias regiões litorâneas.

Para Silva (1992, p.164),

essas novas políticas desencadearam um amplo processo de fiscalização, cujo órgão, o SI-PAMA- Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas do Ministério da Agricultura- passou a fechar, direta ou indiretamente, as pequenas empresas que não se enquadrassem nos padrões estabelecidos pelo Estado (SILVA, 1992, p.164).

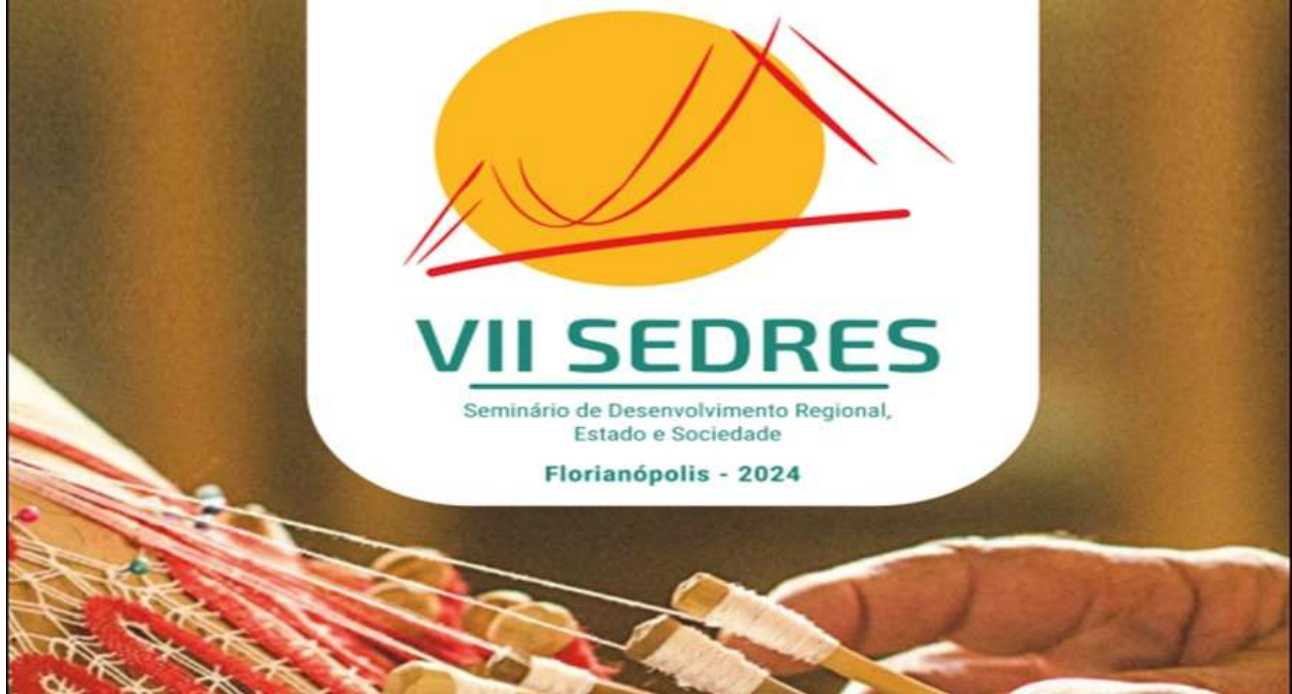
REFÊRENCIAS.

ABDALLAH, P. R.; CAETANO BACHA, C. J.. Evolução da Atividade Pesqueira no Brasil: 1960-1994. **Rev Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 7, n. 13, p. 9-24, novembro, 1999. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4803/3231>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

BRASIL. **Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962**. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-10-11-outubro-1962-364967-norma-pl.html>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

BRASIL. **Decreto- Lei nº 221, de 28 de Fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-221-28-fevereiro-1967-375913-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2022: hacia la transformación azul**. Roma, FAO, 2022. 32 p. Disponível em: https://mexico.un.org/sites/default/files/2022-06/cc0463es_0.pdf. Acesso em: 03 de mar. de 2024



SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC : ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira.** Florianópolis: UFSC, 1992. 197p

SILVA, Vera Lúcia da. **Direito econômico da pesca no Brasil: planejamento, gestão e instituições pesqueiras nacionais (1962-2009).** 2015. 465 p. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158912/337090.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.